



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ
ATA N.º. 001 **Fls. N.º.**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS PROJETOS DE LEI
REFERENTES ÀS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E DO
ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO – LOA, PARA O ANO DE
2019**

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação – COFT

Às dezenove horas e vinte e dois minutos, do dezenove do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, tendo por local o Plenário da Câmara de Vereadores de Itaqui, sito à rua Vereador Dr. João Siznando Dubal Goulart, n.º. 942, reuniu-se a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - COFT -, para trabalhos relativos à Audiência Pública para debater os Projetos de Lei referentes às Diretrizes Orçamentárias – LDO e do Orçamento Anual do Município – LOA, para o ano de 2019. O Senhor Presidente, Leonardo Dicson Sanchez Betin (Partido Democrático Trabalhista – PDT) abriu os trabalhos e passou a direção dos mesmos para o Senhor Presidente da COFT, Vereador Êmerson de Moraes Ramos (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), o qual convidou os seguintes Vereadores e autoridades do Poder Executivo para fazerem parte da MESA: Vereador Leonardo Dicson Sanchez Betin (Partido Democrático Trabalhista – PDT) - Presidente da Câmara Municipal de Itaqui; Senhor César Senna – Secretário Municipal da Fazenda; Vereadora Cleir Fagundes Rocha (Movimento Democrático Brasileiro – MDB); Vereadora Queli Gomes Ferreira (Progressistas); Vereador César Augusto Klein (Progressistas); Vereador Rafael Belo Veiga (Partido Socialista Brasileiro – PSB); Vereador Lauro Luiz Hendges (PDT); Vereador Éber Escobar de Almeida (PDT); e Vereadora Ivete Piffero (PSB). A seguir, o Senhor Presidente da COFT convidou a Vereadora Cleir Fagundes Rocha para secretariar os trabalhos. Logo após, comentou que a Secretaria recebeu uma emenda do SINDISERPI ao Projeto de Lei n.º. 057/2018 – OE (o qual “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019”) e Projeto de Lei n.º. 058/2018 – OE (que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2019”). Ainda, destacou que os edis decidiram suspender as indicações legislativas das emendas impositivas, para o Orçamento de dois mil e dezenove, devido a grave situação financeira do Poder Executivo. Analisou as contas públicas, constatando a diminuição dos valores monetários de muitas delas. A seguir, passou a palavra a autoridade e Senhores Vereadores, oportunidade onde o Vereador Rafael Belo Veiga comentou as contas públicas municipais, expondo a falta de valores monetários para investimentos, pelo Poder Executivo, para o exercício social do ano de dois mil e dezenove. O Senhor César Senna analisou as contas públicas municipais e o objeto do pedido de elaboração de emenda, realizado pelo SINDISERPI. Disse que a Prefeitura Municipal de Itaqui era devedora, em mais de seiscentos mil reais, de contas de fornecimento de energia elétrica, as quais foram pagas pela atual Administração Municipal, não sabendo assim precisar tais contas da Casa de Passagem. Informou que serão realizados investimentos em energia elétrica; existindo a capacitação dos funcionários do Executivo Municipal, para tanto ocorrem gastos com diárias. Ainda, comentou sobre a ocorrência de pagamento de salários e de contribuições ao RPPS. Agradeceu as verbas devolvidas pelo Poder Legislativo, expondo que o Senhor Prefeito Municipal deverá elaborar um Plano visando a economia de valores monetários. Também, destacou os valores monetários destinados a coleta e envio para outras cidades do lixo urbano, bem como o valor destinado



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ
ATA N°. 001 **Fls. N°.**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS PROJETOS DE LEI
REFERENTES ÀS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E DO
ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO – LOA, PARA O ANO DE
2019**

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação – COFT

para a conservação de estradas e a arrecadação municipal oriunda do ICMS. Comunicou que foram adquiridos dois veículos, para o Setor de Fiscalização realizar seu trabalho no interior. A Vereadora Ivete Piffero destacou a falta de investimentos municipais, expondo os problemas com iluminação pública e a possível terceirização desta. Ainda, salientou os altos valores gastos com diárias, o retorno ao labor de funcionários aposentados que recebem altos valores em salários, bem como os desvios de função existentes no Poder Executivo. Em seguida, salientou a falta de projetos em prol do funcionalismo municipal, entre outros problemas; falando que existe assim a falta de gestão municipal. Disse que existe dois meses de falta de pagamento de aluguel e a falta de pagamento de contas de fornecimento de energia na Casa de Passagem. O Vereador Éber Escobar de Almeida comentou as contas públicas e o Orçamento Público do ano de dois mil e dezenove, como também o problema das suplementações neste. Discorreu sobre o possível problema da terceirização dos serviços de iluminação pública e a necessidade da retomada dos serviços essenciais municipais. Apresentou sugestões para tais problemas, entre elas a realização do calçamento de ruas através de valores monetários provenientes da CID. Expôs problemas na contagem da população pelo Censo do IBGE e Censo Escolar; citando a importância da atuação do Setor de Fiscalização no Meio Rural. O Vereador Lauro Luiz Hendges analisou a importância do Orçamento Público e as suplementações no mesmo. Nesse sentido, discorreu sobre o comprometimento de verbas de tal Orçamento com o pagamento da Folha de Pagamento dos Funcionários Municipais. Lembrou a importância do pagamento pontual dos funcionários municipais e do labor realizado pelo Setor de Fiscalização, visando este o aumento da arrecadação municipal. A Vereadora Cleir Fagundes Rocha comentou a suspensão das indicações legislativas das emendas impositivas, bem como a necessidade do Poder Executivo realizar economias em suas contas públicas. O Vereador Leonardo Dicson Sanchez Betin salientou a possível falta de atuação dos Secretários Municipais na elaboração da LDO e LOA. Assim sendo, expôs a grande economia feita pelo Poder Legislativo para devolver verbas para o Poder Executivo. Analisou problemas do Setor de Planejamento do Executivo Municipal e sua repercussão nas contas públicas. A seguir, o Senhor Presidente da COFT passou a palavra para o público presente, oportunidade na qual o Senhor “Alex” explanou sobre a arrecadação municipal e as contas públicas. O Senhor Presidente da COFT agradeceu a DEUS e a presença de todos, encerrando os trabalhos da Audiência Pública, cuja íntegra encontra-se gravada no CD do dia dezenove do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI, centésimo quinquagésimo nono ano de emancipação política do Município de Itaqui. Do que eu, Vereadora Cleir Fagundes Rocha, Secretária *in ad hoc* da COFT, determinei fosse lavrada a presente Ata que será assinada por mim e por todos os presentes; sendo o término da Audiência às vinte horas e quarenta e cinco minutos.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ
ATA N.º. 001 **Fls. N.º.**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS PROJETOS DE LEI
REFERENTES ÀS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E DO
ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO – LOA, PARA O ANO DE
2019**

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação – COFT

Ver. Êmerson de Moraes Ramos
Presidente da COFT

Ver^a. Cleir Fagundes Rocha
Secretária *in ad hoc* da COFT